



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

AUTODEFINIÇÃO, INTERSECCIONALIDADE E ESTRATÉGIAS

DIGITAIS: ANÁLISE DAS NARRATIVAS DE VEREADORAS

NEGRAS FORTALEZENSES NO 25 DE JULHO

Suevellyn Cassimiro Sales¹

cassimirosue@gmail.com

RESUMO

A vida das mulheres negras não é só tristeza (Evaristo, 2020), mas enfrentamos desafios: violência política (Internetlab; Redes Cordiais, 2024) e representação midiática negativa (Sales, 2023). Este artigo estudou como três vereadoras negras fortalezenses se autodefinem no Instagram. Objetivo: identificar Autodefinição, Imagens de Controle (Collins, 2019; Bueno, 2020), Interseccionalidade (Akotirene, 2021) e Táticas Digitais nos perfis de Adriana Almeida, Adriana Gerônimo e Mari Lacerda. *Corpus*: cinco posts (25/07/2025) com descritores “25 de Julho”, “Julho das Pretas” e “mulheres negras”. Referencial (Akotirene, 2021; Bueno, 2020; Collins, 2019) usou: IC, Roleta Interseccional (Carrera, 2021) e Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Resultados: parlamentares utilizam data para Autodefinição, confrontando Imagens de Controle. *Hashtags* (#MulheresNegras, 18,8%) e formatos diversos reforçam ancestralidade e insurgência política em meio à sub-representação institucional (apenas 5,5% na CMFor).

PALAVRAS-CHAVE

Autodefinição; mulheres negras; Instagram; Interseccionalidade; violência política.

¹ Jornalista e pesquisadora. Mestre (UFC) e doutoranda em Comunicação (UnB), sob orientação da Profa. Dra. Dione Oliveira Moura. Estudo representação midiática, violência política e táticas de autodefinição de mulheres negras em plataformas digitais.



1 INTRODUÇÃO

Este artigo é um desdobramento do meu estudo de mestrado, “Mulheres negras em jornais: uma análise interseccional dos periódicos O Povo e Diário Do Nordeste (2003 a 2020 em Fortaleza-CE)”, e etapa preparatória para minha pesquisa de doutorado, intitulada “Insurgindo-se contra a violência racial e de gênero: autodefinição e participação política de mulheres negras defensoras de direitos humanos em plataformas digitais”.

Na dissertação, identifiquei linearidade no discurso jornalístico sobre mulheres negras em quase duas décadas. Os jornais cearenses nos representaram como pobres e exploradas — vide IC da matriarca e da mammy — ou sob um lento discurso de superação — vide IC da dama negra (Collins, 2019; Bueno, 2020). Assim, pouco reduziram desigualdades e reproduziram conteúdos negativos a nosso respeito (Sales, 2023).

Imagens de Controle, difundidas na mídia, são estereótipos que retratam a condição social de mulheres negras. São oito: mammy; matriarca; mãe dependente do Estado; rainha da assistência social; dama negra; jezebel, prostituta ou hoochie; mammy moderna; e pretty baby. Elas mascaram racismo, sexismo e injustiças sociais, tornando-as partes “inevitáveis” do cotidiano (Collins, 2019; Bueno, 2020).

Sobre o potencial lesivo das IC, Dione Moura (2019 apud Belisário, Moura, Guazina, 2019) analisa a disparidade entre o Brasil real e o midiático. O primeiro tem maioria negra; o segundo é uma representação “vazia de realidade, esvaziada da realidade da mulher negra”. No Jornalismo isso se repete: há poucos profissionais negros em visibilidade, sobretudo em telejornais (p. 172, *ibidem*).

Mulheres negras também são pouco procuradas como fontes. É constante a invisibilização de lideranças negras até em pautas raciais: “há baixa representação de porta-vozes do Movimento Negro e de Mulheres Negras entre as fontes, com



participação ativa em menos de 25 das 266 notícias estudadas” (Rosa, 2011, p. 210 apud Belisário, Moura, Guazina, 2019).

Em dois anos e meio de escrita e estudos imersivos, a ideia de Autodefinição como principal mecanismo de defesa contra as IC – defendida e sustentada pela socióloga estadunidense Patricia Hill Collins (2019) – foi se assentando e fazendo cada vez mais sentido, se tornando cada vez mais necessária e urgente.

Autodefinição é o ato de nomear a própria realidade e ser sujeita da própria história, impedindo que definições externas de grupos dominantes controlem nossa consciência (Collins, 2019). É essencial para assumirmos narrativas e criarmos perspectivas diante das opressões interseccionais e desigualdades que nos são impostas.

O feminismo negro valida nossas experiências como critério de credibilidade para a produção de conhecimento e construção de visões alternativas de sociedade. Escrevo em primeira pessoa para me desimpregnar de artifícios coloniais e quebrar cristalizações acadêmicas. A interseccionalidade, oriunda deste movimento [feminismo negro], é uma “sensibilidade analítica” para explicar fenômenos sociais. Parte do pressuposto de que não há hierarquia entre opressões, mas uma colisão de estruturas (Akotirene, 2021).

Sob o pano de fundo da violência política racial e de gênero, proponho estudar como três vereadoras negras fortalezenses se autodefinem no Instagram, lançando luz às suas narrativas e mostrando como mulheres negras se organizam politicamente através do uso de mídias digitais.

Mulheres negras são as principais vítimas de violência política no Brasil (Internetlab; Redes Cordiais, 2024), definida como “toda ação de pessoas e agentes públicos que busca desestimular ou impedir que agentes das pautas de direitos humanos participem de esferas políticas de atuação” (CBDDDH, p. 9 apud Costa, 2024, p. 66-67). Plataformas digitais tornaram-se, conforme Gomes (2014, p. 17 apud Silva;

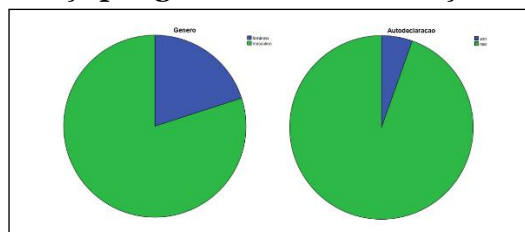


Bragatto; Sampaio, 2016, p. 226-227), “arenas essenciais da discussão pública”, pois “não há discussão, tema, disputa pela interpretação de fatos e coisas [...] que não passem pela arena representada pelos dispositivos digitais [...] para redes sociais”.

Considerando a violência política racial e de gênero, estudo como três vereadoras negras fortalezenses se autodefinem no Instagram. O estudo dessa participação política é relevante, pois esse segmento representa “60 milhões de pessoas [...]”. O objetivo geral foi estudar como essas parlamentares se autodefinem no Instagram. Objetivos específicos: identificar quatro categorias: 1. Autodefinição (Collins, 2019; Bueno, 2020); 2. Imagens de Controle (Collins, 2019; Bueno, 2020); 3. Interseccionalidade (Akotirene, 2021); e 4. Táticas Digitais.

Os objetos empíricos são os perfis das vereadoras da Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor/CE): Adriana Almeida (@adrianaalmeidapt), PT; Adriana Gerônimo (@adriana_geronimovs), PSOL; e Mari Lacerda (@marilacerdapt), PT. Incluí-las é fundamental, pois a CMFor espelha a exclusão racial e de gênero persistente: apenas três cadeiras são ocupadas por mulheres negras, únicas autodeclaradas negras no site da Câmara, 5,5% do total.

Figura 1 – Presença por gênero e autodeclaração negra na CMFor



Fonte: Elaboração da autora com apoio da ferramenta SPSS (2025).

O *corpus* de análise é composto por cinco publicações realizadas no *feed* das parlamentares no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela, 25 de julho de 2025, resultado da coleta realizada nos perfis, na mesma data, com busca pelos descritores “25 de Julho”, “Julho das Pretas” e “mulheres negras”.



Esta pesquisa se justifica ainda pelo fato de o Ceará ser o estado do Brasil com a segunda maior taxa de homicídio contra mulheres negras e que teve, em 2022, 100% de aumento deste mesmo índice (Atlas da Violência, 2024). Além disso, em 2019, as mulheres negras foram 90% das vítimas de homicídio neste estado (Cerqueira *et al.*, 2021, p. 40).

Como forma de se insurgirem contra esses tipos de violência – midiática, política, real, simbólica – as mulheres negras desenvolvem estratégias de articulação e superação a partir do ato de nomear as suas experiências, de se autodefinir (Collins, 2019; Evaristo, 2008; Ribeiro, 2019) em plataformas digitais.

A vida das mulheres negras não é só tristeza, como diz Conceição Evaristo em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2020). Nossas mentes são livres, criativas; formulamos política e mecanismos de resistência como a interseccionalidade e a própria Autodefinição.

2 Aporte epistemológico

2.1 Gênero e interseccionalidade

Na obra “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista”, a educadora Guacira Louro (1997) aborda a categoria gênero. Para ela, é através de feministas anglo-saxãs que este termo passa a ser utilizado no lugar de sexo. Serve, a partir de então, como ferramenta analítico-política para evidenciar a “construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (p. 22). Já a categoria raça ou racialização, de acordo com a socióloga Patricia Hill Collins, consiste em atribuir “significado racial a uma relação, prática social ou grupo que antes não eram categorizados em termos raciais” (2019, p. 144 apud Sales, 2023).

Analisando o caso da violência política de gênero, é possível notar uma “evocação da violência como forma de subordinar as vítimas a um lugar previamente determinado e que resulta em desigualdades” (Sobieraj, 2020 apud Sabbatini; Chagas,



2024, p. 3). Nesse aspecto, a violência política de gênero “carrega semelhanças com crimes de ódio, sobretudo ao mobilizar estereótipos misóginos, pois, além dos ataques às ideias da vítima, há ofensas à sua identidade, existência e dignidade, o que produz um fenômeno interseccional e coletivo” (ibidem).

Esse cenário hostil à participação política de mulheres é resultado de uma segregação sociopolítica a qual fomos submetidas, que afetou historicamente a nossa visibilidade como sujeitas (Louro, 1997), e atravessa, ainda mais, a nós mulheres negras, lidas até hoje como agressivas, hipersexualizadas, animalizadas, incapazes de opinar, de debater política, de liderar equipes e empresas, de compreendermos o mundo e até mesmo nosso próprio mundo.

2.2 Conceito da teoria interseccional

Nesta perspectiva, a interseccionalidade é considerada como ferramenta teórico-metodológica do feminismo negro. É uma “sensibilidade analítica” usada para explicar fenômenos sociais (Akotirene, 2021). O termo foi cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, jurista e teórica negra, no artigo “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*”.

Crenshaw, neste artigo, inaugura o termo e apresenta uma sistematização do conceito a partir da análise da violência contra mulheres negras (Bueno, 2020). Na visão interseccional, as avenidas identitárias podem ser entendidas como eixos de identidade como gênero, raça, classe, geolocalização, capacidade, orientação sexual, religião e idade que interagem, muitas vezes, de forma simultânea e entrecruzada (Sales, 2023).



2.3 Mídia, Imagens de Controle e Autodefinição

A mídia² é uma das instituições responsáveis pela propagação e manutenção de desigualdades raciais e de gênero. Isso porque o discurso midiático “qualifica, propaga e introjeta no imaginário social, os sentidos de raça” (Carrera, 2020 apud Gomes, 2022, p. 44). E “essas conjunturas contribuem para a construção social imagética da ‘mulher negra como alguém que não pode tráfegar em certos espaços’” e “isso é reforçado pelos meios de comunicação” (Brasileiro; Souza; Ferreira, 2023, p. 7-8).

As Imagens de Controle, em conjunto com narrativas racistas, reforçam a violência experienciada por nós mulheres negras. Resultado disso é que, em todos os estados da região Nordeste, a chance de uma mulher negra ser vítima de homicídio é pelo menos duas vezes maior do que a de uma mulher não negra (Atlas da Violência, 2024).

Integrante do grupo dominante, a mídia, por meio da formulação, reprodução e atualização de IC da condição de mulheres negras, cria empecilhos para resistirmos a essas definições externas, uma vez que esse conteúdo circula massiva, diária e globalmente. Mas isso não quer dizer que, por sermos e nos afirmarmos mulheres negras, somos o que dizem de nós:

Se há Imagens de Controle que buscam destiná-las a papéis subalternos e estigmatizados, as mulheres negras, ao mesmo passo, e ainda que em condições desiguais, estavam e estão produzindo imagens, narrativas e estratégias sociais, econômicas e culturais, a partir do ponto de vista delas, nas artes, na literatura, na música, nas universidades, enfim, em todos os espaços, geográficos e metafóricos, contrariando o racismo sistêmico, honrando sua ancestralidade, seus desejos e suas memórias e atuando como protagonistas de suas próprias vidas (Sales; Nunes, 2021).

² Valho-me do conceito de mídia para Venício Lima 2009, p. 17), professor de Ciência Política e Comunicação, pois, ao falar dela, estou me “referindo à indústria da cultura, isto é, às emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), aos jornais, revistas e ao cinema, portadores do que se chama de comunicação de massa.



Portanto, autodefinir-se constitui o ato de narrar a nossa própria vivência, de assumirmos autoria da nossa trajetória e, então, impedir que estigmas externos exerçam domínio sobre nossas subjetividades (Collins, 2019; Bueno, 2020).

2.2 Tipos de violência política e violência política digital

No pano de fundo da pesquisa, a violência política racial e de gênero, retomo a ideia de violência. Em “A violência como discurso político”, Costa explica que, apesar de estar geralmente atrelada às agressões físicas, há outras formas não atribuídas ao corpo da vítima (p. 18). Alerta que “no primeiro semestre de 2022, ocorreram 214 casos [...] no país, aumento de 32% em relação a 2020” (ibidem).

Em relação ao modo como essas violações podem se manifestar no âmbito político, o Observatório de Violência Política Contra a Mulher (2021, p. 13) explica que podem ser de natureza física – sexual e corporal – e não-física – simbólica, moral, econômica, psicológica. Já os agressores podem ser institucionais – polícias, forças de segurança –, políticos não-estatais – candidatos, líderes – e sociais – eleitores, comunidade, veículos de comunicação.

Quanto ao local de incidência, a violência “pode ocorrer por meio virtual (com ataques em páginas [e perfis]) e também nas ruas, quando mulheres que atuam na política são atacadas por eleitores” (Secretaria da Mulher, 2024?, n. p.). Quanto ao momento de ocorrência, pode se dar antes, durante ou depois das eleições (Observatório de Violência Política... 2021). Além disso, a violência política de gênero pode atingir desde a cidadã mais comum a uma parlamentar de alto escalão. É considerada crime sob a Lei de Nº. 14.192/2021.

Sobre a participação de e a violência contra mulheres negras na política, uma pesquisa do Instituto Marielle Franco (2021) sobre as eleições municipais de 2020 no Brasil identificou que 98,5% das candidatas negras entrevistadas relataram ter sofrido pelo menos um tipo de violência política, sendo a mais comum a virtual – 80% do total.



Os ataques racistas nas redes dessas mulheres “questionavam a habilidade dessas agentes de ocuparem cargos públicos, além de espalharem informações falsas ligadas a estereótipos racistas e à deslegitimação de suas identidades” (Internetlab; Redes Cordiais, 2024, p. 7).

2.4 Papel das plataformas digitais como espaços de resistência

Carlos d’Andréa, em “Pesquisando plataformas *online*: conceitos e métodos”, reflete que “os estudos sobre as mídias sociais e outras plataformas *online* parecem crescer e se diversificar com uma intensidade semelhante à popularização” (2020, p. 13). Logo, é preciso dar atenção ao modo como influenciam nossas sociabilidades e até mesmo como e quanto influenciam “processos eleitorais”, utilizam irrestritamente “dados pessoais para fins comerciais” e usam “algoritmos e bases de dados para perpetuar preconceitos e desigualdades” (ibidem).

Por outro lado, há processos de resistência e o fato de que, “mulheres negras, principalmente jovens, têm utilizado as plataformas digitais para narrar histórias sobre a presença do racismo e do machismo em suas vidas” (Malta; Oliveira, 2016, p. 57). Do ponto de vista das ações políticas em plataformas digitais, perfis de mulheres negras têm ganhado alcance imensurável e formado uma rede de informações e compartilhamentos sobre tais histórias (Malta; Oliveira, 2016).

Nessa conjuntura, a plataforma Instagram se constitui como importante canal para o debate de temáticas como gênero, raça, classe, política, comunicação. De acordo com a pesquisa “Questão racial no Instagram” (Araújo, 2022, p. 26), quem mais publica sobre temáticas de cunho étnico-racial são as mulheres negras de esquerda. Negado por séculos o direito à voz e ao protagonismo narrativo, urge garantir às mulheres negras a “oportunidade de contar as suas próprias experiências e de ecoar as vozes que as representam” (Malta; Oliveira, 2016, p. 57).



3 Procedimentos metodológicos

3.1 Objetos de estudo e *corpus* de análise

Os objetos empíricos selecionados são os perfis no Instagram das vereadoras da Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor/CE): Adriana Almeida (@adrianaalmeidapt); Adriana Gerônimo (@adriana_geronimovs) e Mari Lacerda (@marilacerdapt).

O *corpus* é composto por cinco publicações feitas no *feed*³ das parlamentares no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela, resultado da coleta realizada nos perfis, na mesma data, com busca pelos descritores “25 de Julho”, “Julho das Pretas” e “mulheres negras”.

3.2 Métodos aplicados

Este artigo conta com três suportes metodológicos: Imagens de Controle, de Patricia Hill Collins (2019), Roleta Interseccional, de Fernanda Carrera (2021) e Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2011). Esse aporte metodológico foi estudado e aplicado minuciosamente durante o mestrado.

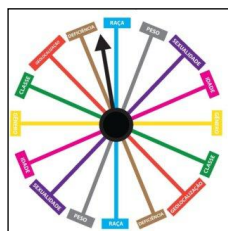
A categoria teórico-analítica das Imagens de Controle foi pensada pela socióloga estadunidense Patricia Hill Collins (2019) e refletida pela jurista Winnie Bueno (2020). Nestas duas obras, oito Imagens de Controle (vide Introdução). Elas podem compartilhar características e terem, ao mesmo tempo, traços específicos. Apesar de mobilizarem o léxico *imagem*, referem-se a conteúdos textuais.

Já a Roleta Interseccional (RI), proposta teórico-metodológica desenvolvida pela professora Fernanda Carrera (2021), ajuda a identificar rastros de opressão que se revelam nas interações cotidianas, na comunicação midiática e nas representações discursivas.

³ Seção principal onde são exibidas as publicações de fotos e vídeos de contas no Instagram.



Figura 2 – Roleta Interseccional como proposta metodológica para análises em comunicação



Fonte: Fernanda Carrera (2021).

A RI é composta por oito hastes fundamentais: gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, peso, geolocalização e idade, que têm o intuito de reconhecer as opressões interseccionais que atravessam os objetos de análise.

A Análise de Conteúdo (AC), metodologia elaborada por Laurence Bardin (2011), auxilia sobretudo na criação de categorias e no estabelecimento de relação entre variáveis (Bardin, 2011; Gil, 2002), a AC me permite articular a categoria das Imagens de Controle e das hastes da Roleta Interseccional, nesse caso, categorias pré-definidas, já articuladas anteriormente e que foram aplicadas neste artigo.

Quanto aos aspectos gerais, a pesquisa é dos tipos bibliográfica e documental, pautada principalmente na leitura de artigos, dissertações, teses e cartilhas. No que se refere à natureza, é quantitativa e qualitativa; quanto aos fins, exploratória e descritiva (Gil, 2002).

3.3 Procedimentos de coleta e análise

Para examinar como as vereadoras negras fortalezenses Adriana Almeida (AA), Adriana Gerônimo (AG) e Mari Lacerda (ML) abordaram o 25 de Julho, coletei cinco posts publicados em seus feeds do Instagram no dia 25/07/2025, utilizando as capturas de tela como *corpus*.

A análise seguiu quatro categorias pré-definidas baseadas em Collins (2019): Autodefinição, que explora como as parlamentares se representam enquanto mulheres negras; Imagens de Controle (ICs), identificando a presença de conteúdos negativos



sobre mulheres negras; Interseccionalidade, examinando o cruzamento com outras categorias de identidade; e Táticas Digitais, que avaliaram estratégias no ambiente *online*, como *hashtags* e tipos de postagem.

Figura 3 – Capturas de tela dos objetos empíricos (perfis) no Instagram

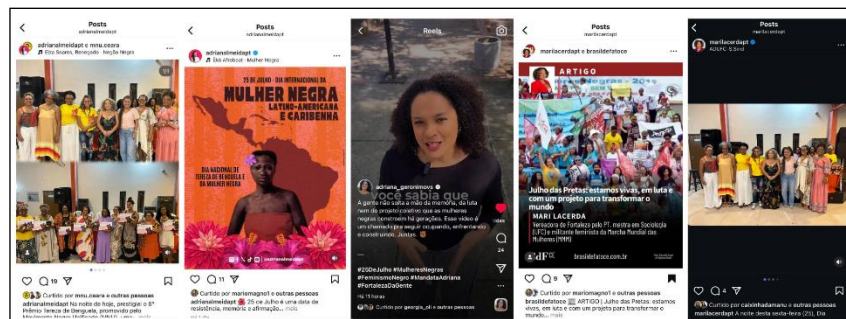


Fonte: Elaboração da autora (2025).

Os dados foram sistematizados no SPSS – *software* estatístico usado para análise quantitativa de dados – com ciclos de codificação para identificar trechos correspondentes a cada categoria e cruzar abordagens entre as vereadoras, além de quantificar elementos como número de *hashtags* ou temas recorrentes.

O rigor permeou da triagem à análise crítica, respeitando autorias e contextos culturais. Alinhada a Collins (2019), a análise garantiu consistência e transparência via triangulação entre SPSS e Análise de Conteúdo.

Figura 4 – Capturas de tela do *corpus* de análise



Fonte: Elaboração da autora (2025).

Pautei meu rigor metodológico em critérios precisos de seleção: data (25/07), formato (*feed*) e temática. Reconheci o 25/07 como um marco político-histórico, valorizando seu contexto cultural e ancestral. Na análise, foquei nas particularidades e



nuances das representações das parlamentares para evitar generalizações, o que me permitiu identificar a interseccionalidade não apenas no discurso, mas também nas imagens e nas estratégias de comunicação adotadas por cada uma.

4 Resultados e discussão

Apresento, a seguir, a síntese dos principais achados. As categorias pré-definidas – Autodefinição, IC, Interseccionalidade e Táticas Digitais – foram identificadas no *corpus* e baseadas em Collins (2019), na minha dissertação de mestrado e em meu projeto de tese.

Quadro 1 – Síntese dos principais pontos: resultados por categoria pré-definida

Categoria	O que analisar/o que foi encontrado
Autodefinição	Uso de expressões como “eu sou”, “não somos”, “minha história”. Resultado: “celebramos o Dia Internacional [...] e Nacional [...]”; “homenageamos Tereza de Benguela”; “seguimos construindo um presente e um futuro com mais justiça, equidade e voz para todas as mulheres negras”; “nosso povo” (AA); “nossas lutas”; “estamos na institucionalidade”; “nós existimos”; “nós nos multiplicamos”; “[nós] nos juntamos” (AG); “estamos vivas”; “somos força ancestral”; “seguimos construindo caminhos”; “celebramos a luta, a resistência e a liderança daquelas que vieram antes de nós”; “muito orgulho em participar” (ML).
Imagens de Controle	Menções diretas ou indiretas a Imagens de Controle. Resultado: AA, indiretamente, aciona a IC <i>mammy</i> ; AG mobiliza diretamente as IC da <i>mammy</i> e da <i>matriarca</i> e ML faz referência indireta a todas as IC.
Interseccionalidade	Articulação das categorias de raça, gênero, classe e outras. Resultado: No girar da Roleta Interseccional, é possível ver acender a vareta da sexualidade, como em AG, que em sua bio se afirma como “LGBT” e, mesmo em luz baixa, a vareta de deficiência, o equivalente à capacidade, pois há recorrente afirmação de potencialidades e articulações políticas.
Táticas Digitais	Uso de <i>hashtags</i> , memes ou recursos visuais (como cores) para resistência. Resultado: ilustração com Tereza de Benguela, desenho da América Latina e do Caribe e aplicação de cores quentes e vibrantes, em tons de laranja e rosa neon (AA); carrossel de fotos da 6ª Edição do Prêmio Tereza de Benguela (ADUFC/Ceará) (AA e ML); uso de recursos audiovisuais, como <i>reel</i> “Somos revolução” (AG) e escrita do artigo “Julho das Pretas: estamos vivas, em luta e com um projeto para transformar o mundo” (ML). As três parlamentares fazem uso de <i>hashtags</i> .

Fonte: Elaboração da autora (2025).

Sintetizo, no quadro a seguir, as estratégias de Adriana Almeida (AA), Adriana Gerônimo (AG) e Mari Lacerda (ML) sob as quatro categorias analíticas centrais. Demonstro como a autodefinição desloca Imagens de Controle (IC), reforçando a potência política negra. Enquanto AA e ML priorizam a ancestralidade e a denúncia de opressões, AG foca na ocupação institucional para romper o estigma do trabalho



doméstico. As Táticas Digitais — do uso de símbolos como Tereza de Benguela e o Baobá (Fortaleza em Fotos, 2010) à articulação pedagógica — consolidam o 25 de Julho como marco de luta e visibilidade.

Quadro 2 – Síntese Analítica: Autodefinição, IC, Interseccionalidade e Táticas Digitais nas falas de AA, AG e ML

Categoria	Adriana Almeida (AA)	Adriana Gerônimo (AG)	Mari Lacerda (ML)
Autodefinição	Celebrar, homenagear, seguir, prestigiar, estar e renovar. Princípios do feminismo negro e interseccionalidade. Resistência como festa e alegria.	Falar, estar, existir, multiplicar, juntar e ser. Afirmção existencial e ocupação de espaços diversos.	Estar, ser, seguir, lembrar, anunciar, falar e participar. Reconhecimento da ancestralidade e denúncia das opressões.
Imagens de Controle	Referência indireta à IC <i>mammy</i> ao citar Tereza de Benguela como líder quilombola.	Consciência da ocupação de outros espaços além do trabalho doméstico, mobilizando IC <i>dama negra</i> e <i>mammy moderna</i> .	Denúncia das opressões interseccionais, com referência indireta a todas as IC.
Interseccionalidade	Articula gênero, raça, classe e geolocalização. Fissura a ideia de incapacidade política das mulheres negras.	Articula gênero, raça, classe e geolocalização. Fissura a ideia de que mulheres negras não ocupam liderança.	Articula gênero, raça, classe e geolocalização. Fissura a ideia de que mulheres negras não articulam projetos complexos.
Táticas Digitais	Ilustração de Tereza de Benguela, cores vibrantes, carrossel do Prêmio Tereza de Benguela. <i>Hashtags</i> : #TerezaDeBenguela #JulhoDasPretas.	<i>Reel</i> com tom pedagógico, ênfase no baobá como símbolo ancestral. <i>Hashtags</i> : #25DeJulho #FeminismoNegro.	Textos longos (artigo), ilustração da I Marcha das Mulheres Negras (2015). <i>Hashtags</i> : #MulheresNegras #25deJulho.

Fonte: Elaboração da autora (2025).

O quadro comparativo evidencia como as vereadoras negras Adriana Almeida (AA), Adriana Gerônimo (AG) e Mari Lacerda (ML) constroem suas narrativas a partir de quatro eixos analíticos. Na **Autodefinição**, AA enfatiza celebração e continuidade da luta, AG prioriza existência e ocupação de espaços, e ML combina denúncia política com reconhecimento ancestral.

Quanto às **Imagens de Controle (IC)**, enquanto AA resgata a figura de Tereza de Benguela – o que indiretamente dialoga com a IC da *mammy* –, AG desafia estereótipos ao destacar mulheres negras na institucionalidade, rompendo com a associação exclusiva ao trabalho doméstico. ML, por sua vez, faz uma crítica ampla às opressões interseccionais, confrontando todas as IC.



Sobre a **Interseccionalidade**, as três articulam gênero, raça e classe, mas com nuances: AA e ML destacam capacidades políticas e projetos transformadores, enquanto AG enfatiza rupturas com lugares sociais pré-determinados.

Por fim, nas **Táticas Digitais**, AA usa simbolismos visuais (cores, Tereza de Benguela), AG opta por formatos dinâmicos (*reels*) com elementos pedagógicos, e ML recorre à profundidade textual e referências históricas, como a I Marcha das Mulheres Negras em Brasília. Juntas, essas estratégias reforçam o 25 de Julho como data de luta e reafirmação coletiva, demonstrando como o feminismo negro se atualiza no espaço digital e político a partir de processos de Autodefinição (Collins, 2019; Bueno, 2020).

Na sequência, apresento a síntese dos dados do *corpus*, destacando as *hashtags* que mobilizam as narrativas das parlamentares.

Tabela 1 – Conteúdos publicados no dia 25 de Julho

Perfil	Posts 25/07	Formato	Hashtags usadas
@adrianaalmeidapt	2	Card e carrossel de fotos	#TerezaDeBenguela #JulhoDasPretas #MNU #MulheresNegras #LutaAntirracista #Fortaleza #Ceará
@adriana_geronimovs	1	Reel	#25DeJulho #MulheresNegras #FeminismoNegro #MandataAdriana #FortalezaDaGente
@marilacerdapt	2	Card + artigo e carrossel de fotos	#MulheresNegras #25deJulho #terezaдебenguela #Mnu

Fonte: Elaboração da autora (2025).

Sintetizo na Tabela 1 as estratégias do 25 de Julho, destacando ênfases distintas entre as parlamentares. AA utilizou *card* e carrossel focados em ancestralidade e luta antirracista (#TerezaDeBenguela). AG priorizou *reels* para reforçar pautas do feminismo negro e de sua mandata (#FeminismoNegro). Já ML aliou *card*, artigo extenso e fotos à mobilização histórica da data (#MNU). Mesmo com formatos variando entre o impacto visual e a profundidade textual, as táticas convergem na afirmação da data como marco de resistência e visibilidade das mulheres negras.

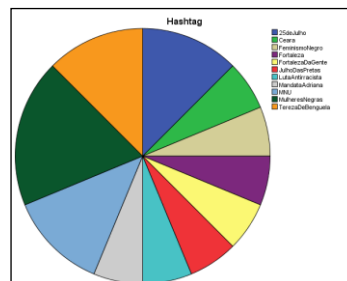
Tabela 2 – Uso de *hashtags* por vereadora

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Adriana Almeida	7	43,8	43,8	43,8
Valid Adriana Geronimo	5	31,3	31,3	75,0
Valid Mari Lacerda	4	25,0	25,0	100,0
Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração da autora com apoio da ferramenta SPSS (2025).

Ainda quanto ao uso de *hashtags*, vale destacar que Adriana Almeida foi a vereadora que mais as utilizou (43,8%), seguida por Adriana Gerônimo (31,3%) e Mari Lacerda (25%).

Figura 5 – *Hashtags* utilizadas pelas três parlamentares no 25 de Julho



Fonte: Elaboração da autora com apoio da ferramenta SPSS (2025).

No 25 de Julho, identifiquei que #MulheresNegras liderou o uso (18,8%), seguida por #25deJulho, #MNU e #TerezaDeBenguela (12,5% cada), sinalizando o foco coletivo na identidade e na data. Termos locais como #Fortaleza e #Ceará (6,3% cada) revelam territorialização, enquanto #FeminismoNegro e #LutaAntirracista (6,3% cada) reforçam pautas interseccionais. Tal diversidade demonstra equilíbrio entre visibilidade nacional, agendas políticas e conexão com a ancestralidade.

Minhas análises revelam que as vereadoras utilizaram estratégias articuladas para ressignificar o 25 de Julho, unindo celebração ancestral, denúncia política e ocupação institucional. A Autodefinição emergiu como eixo central, deslocando Imagens de Controle e reforçando a Interseccionalidade como ferramenta de luta. As



Táticas Digitais — de *cards* a artigos — convergiram na valorização de Tereza de Benguela e da *hashtag* #MulheresNegras, consolidando uma narrativa coletiva de resistência e pertencimento.

Os resultados demonstram como o feminismo negro se atualiza no espaço digital, transformando datas simbólicas em plataformas de visibilidade e disputa política. As estratégias analisadas não apenas contestam opressões interseccionais, mas reafirmam a potência das mulheres negras na construção de novos projetos de sociedade.

5 Considerações finais

Neste artigo, marco inicial da minha tese, mergulhei nas estratégias digitais que mulheres negras criam para reescrever histórias. Adriana Almeida, Adriana Gerônimo e Mari Lacerda transformaram o 25 de Julho em trincheira digital, onde Autodefinição e ancestralidade combatem as Imagens de Controle. Mari priorizou a profundidade dos textos, Adriana Gerônimo a pedagogia dos *reels* e Adriana Almeida a potência das imagens.

#MulheresNegras (18,8%), #TerezaDeBenguela e #25deJulho revelam essas plataformas como territórios de existência plena. Pretendo ampliar o diálogo para outras vozes, pois nossa revolução não cabe em algoritmos que não foram feitos por nós.

Como pesquisadora negra, assumo: este trabalho é político. No Ceará, com aumento de 100% nos feminicídios negros, cada dado carrega o peso da urgência. Se minhas análises inspirarem novas formas de proteção digital para nós, terei cumprido parte do meu papel. As que falamos de Tereza de Benguela no Instagram hoje sobrevivem ao racismo nas ruas amanhã. É nesse “nós” coletivo – entre passado e presente – que encontro força para seguir pesquisando e existindo como mulher negra na academia.



Referências

- AGÊNCIA BRASIL. **Desigualdade no Brasil atinge principalmente mulheres negras**. 2024. Disponível em: <https://abrir.link/sFdot>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.
- ARAÚJO, Marcus Vinícius Passos. **Questão racial no Instagram: uma análise dos conteúdos publicados pelos vereadores da 19ª Legislatura de Belém**. 2022. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Belém, 2022.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2024. Coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELISÁRIO, Kátia Maria; MOURA, O. Dione; GUAZINA, Liziane (Orgs.). **Gênero em pauta: desconstruindo violências, construindo novos caminhos** (Portuguese Edition). 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. Edição do Kindle.
- BRASIL. **LEI Nº 14.192**, de 4 de agosto de 2021, Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher.
- BRASILEIRO, Cyntia; FERREIRA, Vanderlânia; SOUZA, Amanda Lima. A cor das eleitas: análise interseccional e representação feminina negra no legislativo municipal. **Anais** do 47º Encontro Anual ANPOCS.
- BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Parlamentares titulares e suplentes**. S. d. Disponível em: <https://www.cmfor.ce.gov.br/legislativo/parlamentares>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: <https://abrir.link/wKxyx>. Acesso em: 2 fev. 2023.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COSTA, Ederson Levi Rodrigues da. **A violência como discurso político: uma análise sobre Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Carla Zambelli no twitter**. Natal,



2024. 188 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, n. 1, p. 139-167, 1989.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres.** Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

FORTALEZA EM FOTOS. **O baobá do Passeio Público.** 2010. Disponível em: <https://www.fortalezaemfotos.com.br/2010/04/o-baoba-do-passeio-publico.html>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Tainne de Lima. **Branquitude: as marcas da opressão no telejornalismo da Bahia, de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina.** Natal, 2022. 267 f. Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Natal, RN, 2022.

INSTAGRAM. **Adriana Almeida.** Fortaleza, CE. Instagram: @adrianaalmeidapt. Disponível em: <https://www.instagram.com/adrianaalmeidapt/>. Acesso em: 25 jul. 2025.

INSTAGRAM. **Adriana Gerônimo.** Instagram: @adriana_geronimovs. Disponível em: <https://abrir.link/ATzVR>. Acesso em: 15 ago. 2024.

INSTAGRAM. **Mari Lacerda.** Fortaleza, CE. Instagram: @marilacerdapt. Disponível em: <https://abrir.link/jdiRi>. Acesso em: 15 ago. 2024.

INTERNETLAB; REDES CORDIAIS. **Cartilha para o enfrentamento da violência política de gênero e raça.** Julho, 2024.

Ipea. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2021.** Daniel Cerqueira et al. São Paulo: FBSP, 2021.

LIMA, Venício. Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, Ano 30, n. 51, p. 13-37, jan./jun. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Guacira Lopes Louro. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14-36.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **GÊNERO.** Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69. 1. sem. 2016.



OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA Contra a Mulher. **Cartilha sobre violência política de gênero**. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SABBATINI, Letícia; CHAGAS, Viktor. Trajetórias interrompidas, insultos dissimulados: a violência política de gênero em plataformas digitais. **Anais Compós** 2024.

SALES, Suelwellyn Cassimiro. **Mulheres negras em jornais: uma análise interseccional dos periódicos O Povo e Diário Do Nordeste (2003 a 2020 em Fortaleza-CE)**. 2024. 314 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

SALES, Suelwellyn Cassimiro; NUNES, Patrícia de Souza. Mulheres Negras nas Imagens de Controle: Da Construção de Imaginários Racistas à Imposição de Lugares Subalternos na Mídia. **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/Intercom Nacional**, 2021, UNICAP - Recife - PE.

SECRETARIA DA MULHER. **Violência Política de Gênero, a maior vítima é a democracia**. 2024?. Disponível em: <https://abrir.link/UDcOc>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (Orgs.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2016.